

Segunda-Feira, 23 de Junho de 2025

Presidente do CRM-MT defende que Estado mantenha Santa Casa aberta

Futuro da Santa Casa de Cuiabá

Da assessoria

O presidente do Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM-MT), Diogo Sampaio, defendeu que o Governo de Mato Grosso mantenha a continuidade dos atendimentos realizados na Santa Casa de Cuiabá. Ele participou, nesta segunda-feira (19.05), de uma audiência pública promovida pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) para tratar do assunto. Isso porque a gestão estadual já anunciou que pretende encerrar a requisição administrativa da unidade assim que estiver em funcionamento o novo Hospital Central.

Além do anúncio, uma das dificuldades para a continuidade dos serviços é o fato de que a Justiça do Trabalho já autorizou a realização de um leilão para a venda do prédio do hospital para o pagamento de dívidas trabalhistas, uma negociação estimada em R\$ 78 milhões.

Sampaio explicou aos presentes que, ainda que haja este custo, ele é muito menor que o valor a ser desembolsado para criar uma outra estrutura capaz de suportar os atendimentos realizados pela Santa Casa de Cuiabá. “Estamos falando de uma unidade hospitalar com cerca de 200 leitos, com 41 leitos de Unidade de Terapia Intensiva [UTI], parte destes neonatais e pediátricos, 10 salas de cirurgia. A Santa Casa é a única unidade que atende nefrologia pediátrica, o único que tem Pronto-Atendimento com pediatra pelo Sistema Único de Saúde [SUS]. Não é uma coisa tão simples dizer que vai fechar a Santa Casa”.

Ao lembrar que o custo é, na verdade, um investimento, o presidente do Conselho destacou a importância da unidade para os pacientes oncológicos. “Uma lei de 2012 determina que o prazo máximo para que um paciente oncológico diagnosticado inicie o tratamento é de 60 dias. Mas, hoje, a fila para radioterapia chega a 60 dias. E aí? Vamos fechar o atendimento da radioterapia? Como fica o tratamento oncológico dos pacientes de todo o Estado?”, questionou

Outro ponto abordado por Diogo é a supressão de leitos, muitos usados como retaguarda para pacientes de média e alta complexidade, inclusive oncológicos. “Estes pacientes precisam ter, à disposição, leitos de retaguarda para eventuais complicações, inclusive no internamento para o tratamento oncológico. Não podemos permitir o fechamento da Santa Casa”.

O custeio dos atendimentos, pontuou o médico, uma vez que o Estado deixaria de administrar a unidade, poderia ser feito por meio de repasses do SUS às 22 habilitações que a unidade possui no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). “É possível resgatar essa estrutura de habilitação. Por isso, peço a ajuda da Assembleia para que a Santa Casa não feche, que o Estado tenha a sua responsabilidade na manutenção destes serviços. Precisamos privilegiar a história da medicina de Mato Grosso e garantir o atendimento digno da população com serviços que ainda estão deficitários”.